



2566 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

COLONIALIDADE DO SABER, RACISMO EPISTÊMICO E CULTURAS NEGADAS
Elcio Cecchetti - UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Fabiola Cardoso - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho trata-se de um ensaio que pretende problematizar e questionar os processos de colonialidade do saber e de racismo epistêmico que geram a negação de etnias e culturas, tais como as indígenas e afrodescendentes, notadamente no campo educacional. Neste intento, a decolonialidade é apresentada como paradigma emergente capaz de desnaturalizar o pensamento único, monocultural e homogeneizador, sob os quais são submetidos muitos estudantes de origem africana, indígena e de tantos outros grupos em situação de marginalidade social.

Nas últimas décadas, autores como Franz Fanon (2008), Catherine Walsh (2009, 2013), Vera Maria Candau (2009), Grosfoguel (2009), entre outros, vem sistematicamente denunciando os princípios da colonialidade moderna, que tem forjado e moldado os modos de ser, saber e viver das últimas gerações.

Suas vozes somam-se ao *coro* histórico de incontáveis sujeitos que, de modo similar, em territórios latino-americanos e afro-americanos, vivenciaram na pele e nas entranhas os processos violentos de subjugação do corpo e da alma e, mesmo assim, buscaram forças para se posicionar contra as inúmeras estratégias e práticas de colonização, escravidão, negação, perseguição, demonização, exclusão, silenciamento, invisibilização, rejeição, discriminação e preconceito a que foram submetidos.

O desejo de mudar a ordem do mundo mobilizou grupos e coletividades a resistirem e enfrentarem tais processos de sujeição, a fortalecerem e valorizarem suas identidades, a afirmarem suas culturas, línguas, *epistemes*, cosmovisões, práticas sociais, valores e religiosidades. Apesar das dores, tensões, enfrentamentos, mobilizações e conquistas sociais, grande parte do contingente populacional das sociedades latino-americanas e caribenhas ainda vê sua dignidade cotidianamente afrontada, seja pela falta das condições mínimas de sobrevivência (água, alimento, moradia, trabalho, saúde, educação, segurança...), seja pela inferiorização de suas culturas, usurpação de suas memórias ou pela colonialidade dos seus saberes e poderes.

Tal condição de marginalidade a que muitas culturas foram submetidas, sobretudo as indígenas e afrodescendentes, restringe sobremaneira o acesso aos bens culturais disponíveis em seu contexto social e limitam suas possibilidades de intervenção social. A violência, a pobreza, a exploração do trabalho, a exposição às drogas, a especulação imobiliária, o descaso e a ineficiência do poder público, a concentração da riqueza, entre outros fatores, mantêm estas populações sob uma condição histórica de vulnerabilidade social.

Na atualidade, os processos de exclusões e desigualdades que discriminam e inferiorizam muitas culturas e identidades - todas aquelas que se não se *encaixam* no padrão civilizatório eurocêntrico difundido ao longo de cinco séculos - estão presentes e visíveis em todos os setores da esfera pública, dentre eles, no campo educacional.

É no cotidiano escolar que historicamente crianças, adolescentes e jovens de periferias, de filhos de pais/mães assalariados, de migrantes e operários, de minorias étnicas e religiosas enfrentam, sofrem e também resistem aos paradigmas de uma cultura hegemônica que busca padronizar, invisibilizar, silenciar e excluir culturas, histórias, memórias, saberes e identidades diversas. Por isso, a cultura escolar costuma ter pouca conexão com a experiência vital da maioria dos educandos e muito menos com a experiência dos grupos/sujeitos que estão socialmente em desvantagem social (CECCHETTI, 2008).

Frente a isso, a decolonização emerge como fundamento epistemológico e pedagógico para desnaturalizar o pensamento único, racional, moderno, cristão, heterossexual e eurocêntrico. A busca pela decolonialidade do saber desnuda o processo de imposição cultural a que são submetidos estudantes de origem africana, indígena e de outros grupos em situação de marginalidade, por meio de um conjunto de padrões e conhecimentos tidos como universais, de caráter monocultural, que desconsidera a legitimidade das suas cosmovisões, saberes, valores e práticas sociais.

Em trabalhos recentes, diferentes autores (FERNANDES, ROBERTO e OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA, KREUZ e WARTHA, 2014) demonstram que apesar da obrigatoriedade legal para inclusão no currículo oficial das redes de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, contida nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 respectivamente, as temáticas não foram incorporadas de maneira satisfatória nos projetos político-pedagógicos da maioria das escolas analisadas. Isso porque, muitas vezes, as atividades realizadas assumem um caráter *folclorizado* e efetivamente pouco contribuem para a inclusão de *outras* histórias e culturas no rol dos conhecimentos da cultura escolar.

Essas constatações apontam que a história e cultura indígena e africana historicamente estão sujeitadas a territórios subalternizados na escala de produção e veiculação dos conhecimentos. Isso significa que o rico conjunto de manifestações culturais destes sujeitos - tais como a concepção circular do tempo, a reverência aos ancestrais, a existência coletiva, as expressões rítmicas, artísticas e corporais, os ideais de solidariedade e partilha, a relação de cooperação com a natureza, as formas específicas de pensar, tratar e conviver com as diferenças, entre tantos outros ensinamentos cultivados, preservados e transmitidos de geração em geração - são relegadas a um *não-lugar* histórico, social, científico e pedagógico, (re)produzindo os processos de colonialidade e monoculturalidade na cultura escolar. Ao se desconsiderar as lógicas, saberes, ritmos, tempos e formas de relacionamento que divergem do já instituído, limitam-se e restringem-se as possibilidades de construção de práticas pedagógicas diferenciadas.

Apoiados na literatura pós-crítica e pós-colonial, de perspectiva intercultural, os autores e autoras denunciam que a produção *destanão-existência* está ancorada em uma espécie de *racismo epistêmico* (GROSFOGUEL, 2009) um mecanismo utilizado pelos colonizadores para difundir a ideologia de que os únicos conhecimentos, valores e práticas socioculturais e religiosas, que gozam de legitimidade e verdade universal, são justamente os seus. Esse racismo considera inferior toda a produção epistêmica, cultural e social que seja distinta deste padrão universalizante.

Deste modo, perpetua-se a *colonialidade do saber*, que consiste na deslegitimação e repressão histórica dos modos de produção de

conhecimentos dos povos africanos e indígenas, porque se diferenciam da epistemologia cientificista eurocêntrica dominante. A violência desta colonialidade, que se manifesta no sistema escolar por meio da imposição de uma hierarquia de saberes, contribuiu para que as crianças, adolescentes e jovens de povos subalternizados se reconheçam como originários de grupos étnico-raciais inferiores, atrasados, incultos e incivilizados.

A *colonialidade do saber* desarticula a consciência crítica identitária e impulsiona os sujeitos a criarem auto-representações negativas de si mesmas, para que neguem suas próprias raízes étnicas e incorporem os valores do colonizador. Desconhecendo e até envergonhando-se de seu passado, os sujeitos não visualizam horizontes futuros e acabam por ocupar posições sociais previamente delimitadas pelo opressor. Ou, como alertava Fanon (2008, p. 28), na introdução da obra *Pele negra, máscaras brancas*: "[...] para o negro, há apenas um destino. E ele é branco". Assim, opera-se a naturalização da ideologia dos donos do poder e a subalternização cultural, epistêmica, histórica e simbólica do outro.

O fato de a escola ter se estruturado historicamente sob uma lógica monocultural, excludente e discriminatória, contribui para o acirramento da disputa epistêmica entre as distintas identidades. Ademais, inúmeros estudos compreendem a escola como um produto provisório de uma série de jogos de poder ideológicos, que oficializaram nos planos de ensino um único saber (o tecnológico-científico), uma única linguagem (a científica), um único padrão identitário/cultural (branco – masculino – cristão - urbano), carregando em seu bojo toda uma cosmovisão que uniformiza as formas de enxergar a realidade. Além de subestimar as diferentes maneiras encontradas por inúmeras culturas para explicar e compreender a existência, a adoção de uma única perspectiva dá margem ao entendimento das diferenças como desvio, anormalidade, deficiência e inferioridade.

A ausência de conhecimentos sobre as diversas culturas e etnias que integram a sociedade brasileira somente mantém um terreno fértil para o plantio e difusão de pré-conceitos, discriminações, suposições, rotulações e violências perante às populações submetidas à colonialidade do ser, saber, poder e viver, como as de origem indígena e africana. Com isso, por exemplo, no aspecto religioso, abre-se espaço para a prática proselitista no espaço escolar, que atua na propagação de um único centro de verdade, que coincide com a doutrina cristã, quando muito, das religiões monoteístas. Neste campo, a lógica discursiva empreendida contra cultos afro-brasileiros e indígenas opera na tentativa de silenciamento e repressão, valendo-se até da prática de *demonização* do outro com o intuito de caracterizá-lo como inferior, subalterno, anormal ou exótico.

Diante desse quadro, este trabalho junta-se ao *coro* que branda por novas perspectivas paradigmáticas que reconheçam a diversidade cultural nos currículos escolares, por meio da utilização de outros métodos pedagógicos e o desenvolvimento de outra formação docente, numa perspectiva intercultural, que abarque a complexidade das culturas e das relações humanas (DORNELLES, 2007; SOUZA, SANTIAGO, DE FARIA, 2018). Faz-se necessário, portanto, *epistemologias de resistências e pedagogias da contestação* para enfrentar os discursos, teorias e práticas que reproduzema *colonialidade do saber* e o *racismo epistêmico* nos espaços escolares. Urge a resignificação das práticas docentes para que sejam sensíveis às diversidades, fomentadoras de relações dialógicas com as diferenças e preocupadas em superar visões etnocêntricas e colonizantes que sustentam práticas de exclusão e desigualdade.

Referências

CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

CECCHETTI, Elcio. **Diversidade cultural religiosa na cultura da escola**. Dissertação de mestrado em educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2008.

DORNELLES, Leni Vieria (Org.) **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Ana Paula Cerqueira; ROBERTO, Joanna de Angelis Lima; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs.) **Educação e axé: uma perspectiva intercultural na educação**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio Gráfica Editora, 2015.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 383-417.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; KREUZ, Martin; WARTHA, Rodrigo (orgs.). **Educação, história e cultura indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí**. Blumenau: Edifurb, 2014 (Série Saberes em Diálogo).

SOUZA, Ellen Gonzaga Lima; SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. As culturas infantis interrogam a formação docente: tessituras para a construção de pedagogias descolonizadoras. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 80-102, jan./abr., 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WALSH, Catherine (Ed.). Lo pedagógico y lo decolonial: entretrejiendo caminos. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.